

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 28,¹ de 2015 (nº 7.920, de 2014, na Casa de origem)

Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006	Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015 (nº 7.920, de 2014, na Casa de origem)
	Altera o Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 - Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 , passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.
	Art. 2º A diferença entre a remuneração fixada por esta Lei e a decorrente da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, observada a seguinte razão:
	I - 20% (vinte por cento), a partir de 1º de julho de 2015;
	II - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2015;
	III - 55% (cinquenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2016;
	IV - 70% (setenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2016;
	V - 85% (oitenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2017;
	VI - integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2017.
	Art. 3º O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça em conjunto com os Tribunais Superiores, o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios deverão, no prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, reduzir os gastos com as funções de confiança do Poder Judiciário da União, mediante a racionalização de suas estruturas administrativas.
	Art. 4º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas aos órgãos do Poder Judiciário no orçamento geral da União.
	Art. 5º Os pagamentos dos aumentos remuneratórios decorrentes desta Lei são condicionados à existência de dotação orçamentária e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.



Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 28,² de 2015 (nº 7.920, de 2014, na Casa de origem)

Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006				Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015 (nº 7.920, de 2014, na Casa de origem)			
				Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.			
ANEXO II				ANEXO II			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	13	6.957,41	ANALISTA JUDICIÁRIO	C	13	10.883,07
		12	6.754,77			12	10.529,70
		11	6.558,03			11	10.187,80
	B	10	6.367,02		B	10	9.857,00
		9	6.181,57			9	9.536,95
		8	5.848,22			8	9.227,28
		7	5.677,88			7	8.927,67
		6	5.512,51			6	8.637,79
		5	5.351,95			5	8.357,32
	A	4	5.196,07			4	8.085,96
		3	4.915,86			3	7.823,41
		2	4.772,68			2	7.569,38
		1	4.633,67			1	7.323,60
		13	4.240,47		C	13	6.633,12
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	12	4.116,96			12	6.405,67
		11	3.997,05			11	6.186,02
	B	10	3.880,63		B	10	5.973,90
		9	3.767,60			9	5.769,06
		8	3.564,43			8	5.571,24
		7	3.460,61			7	5.380,20
		6	3.359,82			6	5.195,72
	A	5	3.261,96			5	5.017,55
		4	3.166,95			4	4.845,50
		3	2.996,17			3	4.679,35
		2	2.908,90			2	4.518,90
		1	2.824,17			1	4.363,94
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	13	2.511,37	C	13	3.928,39	
		12	2.403,23		12	3.793,69	
		11	2.299,74		11	3.663,60	
	B	10	2.200,71	B	10	3.537,98	
		9	2.105,94		9	3.416,66	
		8	1.992,37		8	3.299,50	
		7	1.906,58		7	3.186,36	
		6	1.824,48		6	3.077,10	
	A	5	1.745,91		5	2.971,59	
		4	1.670,73		4	2.869,69	
		3	1.580,63		3	2.771,29	
		2	1.512,57		2	2.676,27	
		1	1.447,43		1	2.584,50	